



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social.

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O REBATIMENTO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS (O) ASSISTENTE SOCIAL

**GRAZIELA DONIZETTI DOS REIS¹
LEILA APARECIDA DOS SANTOS²
GUSTAVO JOSÉ DE TOLEDO PEDROSO³**

Resumo: Este artigo versa sobre as transformações no mundo do trabalho acirram as desigualdades sociais que estão vinculadas ao sistema capitalista. Evidencia-se que a reestruturação produtiva resultou no crescimento das expressões da questão social e consequentemente na precarização da categoria trabalho, interferindo diretamente no exercício profissional da (o) assistente social. A metodologia utilizada embasou-se na pesquisa bibliográfica, utilizando autores do Serviço Social e de outras áreas, porém mantendo o foco na concepção marxiana.

Palavras chave: Mundo do trabalho; Reestruturação produtiva; Assistente social.

Resumen: Este artículo versa sobre las transformaciones en el mundo del trabajo a intensificar las desigualdades sociales que están vinculadas al sistema capitalista. Se evidencia que la reestructuración productiva resultó en el crecimiento de las expresiones de la cuestión social y consecuentemente en la precarización de la categoría de trabajo, interfiriendo directamente en el ejercicio profesional de la asistente social. La metodología utilizada se basó en la investigación bibliográfica, utilizando autores del Servicio Social y de otras áreas, pero manteniendo el foco en la concepción marxiana.

Palabras clave: Mundo del trabajo; Reestructuración productiva; Asistente Social.

1. INTRODUÇÃO

A categoria trabalho é base para o entendimento da construção histórica da sociedade dado o materialismo histórico dialético. Ao assistente social, que optou pela teoria crítica emerge como necessidade resgatar esse pressuposto para apreender os movimentos contraditórios que emergem nos cenários onde este atua e milita.

Este trabalho inicia-se com um resgate histórico de como se objetivaram as transformações do mundo do trabalho a partir do desencadeamento da

¹ Estudante de Pós-Graduação. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. E-mail: <grazihelah@gmail.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

³ Professor com formação em outras áreas. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

sociedade capitalista. Parte-se do entendimento que a sociedade capitalista emergiu das condições sócio-históricas de um dado momento e que a partir de então o trabalho vem sofrido grandes transformações a medida em que o capital se restaura para perpetuar a cada crise que vivencia.

As transformações mais significativas que rebateram sobre os trabalhadores podem ser compreendidas pelo período taylorista, fordista e por último pelo toyotismo, onde a precarização tem sido a característica mais evidente e devastadora.

Entende-se precarização as atuais transformações que ocorrem no mundo do trabalho dado a prevalência do capital financeiro sobre o produtivo num contexto de neoliberalismo. Utilizaremos as referências de Ricardo Antunes para apreender algumas das características dessa precarização com centralidade na categoria trabalho.

O assistente social enquanto partícipe e atuante da classe que vive do trabalho, precisa conhecer os movimentos que acontecem nos seus espaços de atuação refletindo essas implicações a partir da categoria trabalho. No seu exercício profissional é evidente a precarização na vida do público atendido e como essa fase de precarização tem configurado a questão social e até mesmo o enfrentamento do Estado a ela com primazia dos interesses do capital.

Na condição de trabalhador assalariado existem dados que tomados de maneira crítica apontam como este profissional tem se submetido ao sucateamento de suas condições de trabalho, salário e oferta de emprego. O resultado são interferências que vão contra todo processo de construção ético-política do trabalhador aqui designado assistente social.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. As Transformações no Mundo do Trabalho

O processo histórico de acumulação capitalista é um processo histórico no qual há três períodos que se destacam devido as significativas transformações que proporcionaram no mundo do trabalho, assim como na organização do processo de produção. O primeiro período é marcado pela Revolução Industrial, a qual inicia a era moderna, e promove a transição da economia que até então era estritamente agrária para a industrializada.

A Revolução Industrial provocou inúmeras mudanças no processo de trabalho, o modo de produção artesanal, cooperativo e manufatureiro é substituído pela industrialização que produz em larga escala. O setor agrícola da Inglaterra, onde se principiou a Revolução Industrial, desenvolvia suas atividades principalmente para o mercado. Hobsbaw afirma que:

Dadas as condições adequadas, as inovações técnicas da revolução industrial praticamente se fizeram por si mesmas, exceto talvez na indústria química. Isto não significa que os primeiros industriais não estivessem constantemente interessados na ciência e em busca de seus benefícios práticos. Mas as condições adequadas estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha, onde mais de um século se passara desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental (HOBBSAW, 1977,p.47).

Por isso, as primeiras transformações no processo de produção e no mundo do trabalho, têm sua origem a partir de uma alteração de interesses da política governamental, pois tratava-se da disputa entre as classes sociais inglesas que não mediam esforços para concretizar seus projetos.

O surgimento da sociedade industrial que ocorreu em meados de 1770-1830, promoveu a expansão da exploração da força de trabalho, principalmente da feminina e infantil, mas também iniciou o processo de racionalização do trabalho, o que distinguia o trabalho humano de acordo com sua organização no processo de produção e forma de pagamento.

Segundo Hobsbaw as bases sociais da sociedade industrial tinham ocorrido em solo inglês com as seguintes exigências:

Dado que as principais bases sociais de uma sociedade industrial tinham sido lançadas, como quase certamente já acontecera na Inglaterra de fins do século XVIII, duas coisas eram necessárias: primeiro, uma indústria que já oferecesse recompensas excepcionais para o fabricante que pudesse expandir sua produção rapidamente, se necessário através de inovações simples e razoavelmente baratas, e, segundo, um mercado mundial amplamente monopolizado por uma única nação produtora(HOBSBAW, 1977,p.48-49).

A Revolução Industrial proporcionava algumas condições para o modo de produção capitalista, os donos dos meios de produção tinham percepção das possibilidades de expansão dos seus lucros, que se vinculavam à produção em massa para o consumo de massa.

O segundo período é marcado pelo surgimento do fordismo e taylorismo. Para Harvey (1993) esses modelos de produção não foram implantados com facilidade, pois não se limitaram a mera produção em si, Henry Ford acreditava nas novas tecnologias de produção, visava a implantação de um novo sistema da reprodução da força de trabalho.

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabeleceu no ano anterior em Dearborn e Michican[...] Ford também fez pouco mais que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele tenha conseguido dramáticos ganhos de produtividade (HARVEY,1993,p.121).

A implantação das novas técnicas de controle e gerenciamento da rotina do trabalho, propunha a instituição de uma outra sociedade, com viés populista, racionalizada e modernista, porém sempre resguardando as devidas distinções entre as classes sociais. Essa inovação tecnológica reforçou o argumento de que a produção em massa resultaria no consumo de massa, conseqüentemente, esse modelo se consolidou e se ampliou no período pós-guerra.

Para o autor, o Estado precisou assumir novas responsabilidades, mantendo a aliança com o modelo fordista. O capital percebeu a necessidade de se adequar a certas demandas da sociedade para manter a sua

lucratividade. O Estado passou a intervir com maior impacto nas questões relacionadas à garantia do consumo de massa, exercendo o controle econômico por meio de políticas monetárias e fiscais, investindo principalmente no setor público, propiciando habitação, acesso à educação e assistência médica à classe trabalhadora. Também foi neste período que o Estado teve forte influência na garantia dos direitos dos trabalhadores, assim como nos acordos salariais.

Destaca-se que no processo de implantação do fordismo caracterizou-se pela eficiente relação de troca. Negociava-se com os sindicatos o salário mínimo e os benefícios da Seguridade Social, mediante a aceitação das técnicas fordistas de produção, que se configuravam pela linha de produção e garantiam as estratégias para a expansão da produtividade que resultavam em maior lucratividade. Esse cenário determina a introdução do modo de produção capitalista e reconfigura não só as relações de produção, mas também e principalmente as sociais. O Estado assegurava a reprodução e controle da classe trabalhadora utilizando políticas públicas e simultaneamente estimulava o consumo de massa.

O taylorismo, também visava o aumento da produtividade, por isso potencializou as técnicas fordistas agregando o estudo do movimento e tempo do trabalho humano. objetivava controlar o tempo do processo de produção para reduzir os gastos, determinando maior controle dos donos dos meios de produção quanto ao processo de produção, proporcionando a acumulação de capital, alcançando elevado ritmo de produção como afirma Havey:

Os Princípios da Administração Científica de F.W. Taylor – é um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento (HARVEY, 1993, p. 121).

Uma das diferenças entre fordismo e taylorismo é que no fordismo, a produção em massa resulta no consumo de massa, assim o consumo é determinado pela produção. Por outro lado, no taylorismo, o estudo do tempo e do movimento pretende unir as regras, delimitando normas de aperfeiçoamento do rendimento individual, eliminando o desperdício de tempo no processo produtivo, pois ao acelerar o ritmo da máquina, também acelerava o trabalho humano. O modelo do processo de produção é responsável pela definição da vida da classe trabalhadora, tanto no âmbito público quanto privado, pois a pessoa que está inserida no processo produtivo, também é uma consumidora, o que perpetua o consumo de massa que é essencial para a indústria.

O terceiro período histórico se estabelece no início de 1970, com a crise estrutural do capital que enfrenta o esgotamento dos anos dourados. Antunes (2006) afirma que há a expansão da mundialização do capital, a “acumulação flexível” desencadeada pelo toyotismo, que perdura até a atualidade.

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do

instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias[...] "especialização flexível": esta seria a expressão de uma processualidade que, tendo especialmente a "Terceira Itália" como experiência concreta, teria possibilitado o advento de uma nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico e, de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, "artesaniais". Esta simbiose, na medida em que se expande e generaliza, supera o padrão fordista até então dominante. Esse novo paradigma produtivo expressaria também, sempre segundo os autores citados, um modelo produtivo que recusa a produção em massa, típico da grande indústria fordista, e recupera uma concepção de trabalho que, sendo mais flexível, estaria isenta da alienação do trabalho intrínseca à acumulação de base fordista. Um processo "artesanal", mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado mais localizado e regional, que extingue a produção em série, comportando experiências bem-sucedidas também em regiões (ANTUNES, 2006, p. 24).

Essa crise instituída no modelo fordista e taylorista entre 1965 e 1973, resultou em outro modelo de produção, que institui a reconfiguração no mundo do trabalho, assim como política e cultural, alterando significativamente o modo de vida da sociedade como um todo.

Todavia, Serra (2001) afirma que o novo modelo de produção se opõe a rigidez do modelo fordista por meio da flexibilização do trabalho.

O novo padrão de produção capitalista, a acumulação flexível confronta-se com o padrão fordista rígido, de produção em série, de estoques maciços de mercadoria, de decomposição do processo de trabalho, de controle da mão-de-obra homem a homem, de consumo de massa, de mercados amplos e indistintos. O que se apregoa no novo padrão é a flexibilização dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, as respostas imediatas e diretas às demandas por segmentos do mercado (SERRA, 2001, p. 154).

O modelo de produção toyotista, objetiva a intensificação do trabalho, tendo a reestruturação produtiva como ponto de partida. Tenciona a produtividade com base na flexibilização do processo de trabalho, do processo de produção, assim como dos contratos, ou seja, a rigidez do modelo fordista/taylorista é substituída pelo toyotismo.

Para Antunes (2006) se sobrepõe ao modo de produção, pois ao mesclar e substituir o modelo fordista, também destrói muitos direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora.

O toyotismo penetra, mescla ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são

desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES, 2006, p. 24).

O mundo do trabalho passou por transformações que se iniciaram com o uso das novas tecnologias, considerando principalmente as concepções do produção que se alteraram visando a produtividade e lucratividade capitalista. Segundo Antunes “[...] buscaram-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a ‘gestão participativa’, a busca da ‘qualidade total’, são expressões visíveis [...] do capitalismo avançado.”

As indústrias estimularam a reestruturação nos processos produtivos, como resposta a crise do capitalismo que ocorreu na década de 1970. Elaboraram estratégias de controle e administração da classe trabalhadora, como reitera Guerra (2005b, p.10) “A crise do capitalismo em primeiro lugar é uma crise de eficácia econômico-social da ordem do capital. Em segundo lugar, [...] trata-se de um esgotamento de um pacto político-social entre as classes: o pacto fordista-keynesiano, [...]” .

As transformações no mundo do trabalho e na produção foram intensificadas para responder as demandas do capital. Este não possuía mais compatibilidade com processos rígidos de controle do trabalho, por isso gerou um modelo que promovia a flexibilização, tão necessária para se reestruturar. Todas essas transformações repercutiram na área do Serviço Social.

3. A Reestruturação Produtiva e o rebatimento no Exercício Profissional do Assistente Social

O contexto da reestruturação produtiva do capital apresenta a retração do Estado no âmbito social, acirra as contradições nas relações de trabalho, assim como nas demais áreas da sociedade. O Serviço Social se desenvolve a partir da divisão social e técnica do trabalho, assim, as transformações no mundo do trabalho interferem diretamente no exercício profissional das (os) assistentes sociais.

Destaca-se que a retração estatal no âmbito social contribuiu significativamente para flexibilizar as relações de trabalho no Estado, porém esse setor continua sendo:

[...] o maior empregador de assistentes sociais, sendo a administração direta a que mais emprega, especialmente nas esferas estadual, seguida da municipal. Constata-se uma clara tendência à *interiorização da demanda*, o que coloca a necessidade de maior atenção à questão regional e ao poder local (IAMAMOTO, 2009, p. 123).

O processo de descentralização das políticas públicas, enfatizou a municipalização dos serviços e expandiu o espaço de atuação da (o) assistente social que assume o papel e desenvolver ações voltadas para o controle social, por meio da inserção nos conselhos de políticas públicas, elaborando projetos,

planos e programas sociais. Também participa das avaliações das políticas implementadas.

A agudização das expressões da questão social reconfigura novamente o mundo do trabalho e isso requer a expansão da contratação de assistentes sociais, nos diversos espaços socioinstitucionais, principalmente nas organizações da sociedade civil e empresas privadas, como resposta para as novas demandas da sociedade. Sobre esse agravamento da questão social lamamoto afirma:

As estratégias para responder à *questão social* têm sido tensionadas por projetos partidários e político-institucionais distintos, que presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas desde o final dos anos oitenta, e convivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2009b, p.357-358).

O Serviço Social está inserido no processo de trabalho, contexto neoliberal e por isso também enfrenta as mesmas problemáticas que os demais trabalhadores. Para lamamoto (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006 p. 72) “o cotidiano da vida em sociedade, o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade, envolve a reprodução do modo de produção”, e as (os) assistentes sociais não estão isentos dessa realidade.

O cenário da reestruturação produtiva gera em todos os segmentos societários a expansão da precarização das condições de trabalho e relações sociais. No âmbito estatal, nota-se a redução dos direitos conquistados arduamente pelos movimentos sociais. A precarização sobretudo na categoria das (os) assistentes sociais, em relação aos vínculos empregatícios é tencionada pelo sucateamento dos espaços de trabalho e pela hipossuficiência de recursos para a implantação de políticas públicas necessárias para garantir o mínimo existencial para a classe trabalhadora.

Os desafios que relacionam a atuação profissional das (os) assistentes sociais durante e pós reestruturação produtiva são inúmeros e tendem a ser agudizados pelas contradições apresentadas para a categoria profissional, pois há forte tendência de se retomar as práticas filantrópicas, e de se desprofissionalizar essa profissão. Por isso, as ações profissionais devem se pautar no Projeto Ético-Político com vistas a garantir e consolidar os direitos relativos só mundo do trabalho e sociais.

4. A Precarização do Trabalho e o Exercício Profissional do Assistente Social

O Serviço Social, dentro do projeto ético-político profissional, optou pela defesa da classe trabalhadora. Esta opção está corroborada no acarabouço teórico-metodológico construído pela profissão nos últimos anos, pautada na teoria crítica.

Para situar o exercício profissional do assistente social dentro do contexto da precarização do trabalho é indubitável discutir sua ação enquanto um trabalhador assalariado. Enxergar o serviço social enquanto trabalho urge para entender em que contexto e quais rebatimentos implicam no fazer profissional e nos diversos espaços socioocupacionais em que este atua. Espaços de atuação onde é evidente a luta de classes.

A última pesquisa do perfil profissional dos assistentes sociais realizada pelo Conselho Federal dos Assistentes Sociais – CFESS foi realizada em 2004. Apesar de existir doze anos desde então, não existe ainda uma pesquisa recente e partiremos de alguns destes dados para discutir a categoria trabalho do assistente social, nos atentaremos para aqueles que incidem diretamente no fator precarização. Consideramos que no período em questão já incidiam as condições que transformaram o mundo do trabalho no atual contexto neoliberal.

A esfera pública é a que mais emprega a categoria: 40,97% público municipal, 24% estatal e 13,19 federal. Trabalham no setor privado 13,19% seguida pelo terceiro setor com 6,81%. Quanto ao vínculo empregatício, 55,68% são estatutários, 27,24% celetistas, 9,41% temporários. A carga horária predominante neste período ainda eram as 40 horas semanais, totalizando 50,70%. 28,65% cumpriam 30 horas e 8,11% mais que 40 horas semanais. A faixa salarial predominante eram de 45,19% de 4 a 6 salários mínimos. Trabalham em um emprego 77,19%, em dois 10,31%, em nenhum 11,74% e em mais de dois 0,76%.

Dados sobre a participação política apontaram que 68% dos inscritos não participam de nenhum contra apenas 32% que se consideram atuantes sendo destes 44,80% declaram participar de movimentos da categoria do Serviço Social, 32,18% movimentos sociais, 12,62 movimentos partidários e apenas 10,40 no movimento sindical. Lembrando que se tratava de uma questão de múltipla escolha. A participação em Conselhos de Políticas foi de 70% sim e 30 % não.

Foi constatado que 97% dos profissionais inscritos são compostos por mulheres. Se declararam étnico-racial brancos 72,14%, apenas 20,32% se declararam pretos.

Apesar do setor público ser o maior empregador de assistentes sociais é preciso considerar as medidas de ajustes fiscais do estado na contratação de funcionários que incidem na subcontratação temporária, ou na redução de novas contratações independentes dos vínculos sobrecarregando aqueles que já atuam. A reforma administrativa com contenção de custos com quadro de pessoal é parte da reforma do Estado empregada no Brasil a partir da década de 90.

Quanto à jornada de trabalho é preciso se atentar para a predominância das 40 horas semanais, sendo que a regulamentação exige 30 horas.

A redução da jornada diária (ou do tempo semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que se constitui num mecanismo de contraposição à extração do sobretrabalho, realizada pelo capital, desde sua gênese com a revolução industrial e contemporaneamente com a acumulação flexível da era do toyotismo e da máquina informacional (ANTUNES, 2009, p. 172).

A conquista da redução da carga horária é indiscutível, mas dentro do contexto atual de flexibilização emerge a necessidade de apreender qual é a intensidade de trabalho exigida dentro das 30 horas semanais e quais atribuições destes profissionais nos espaços de trabalho.

Ricardo Antunes (2009) aponta que uma das transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho diz respeito ao emprego de mão de obra feminina em atividades consideradas secundárias e de menor exigência de qualificação. Apesar dessa constatação se direcionar ao âmbito do trabalho que gera a riqueza – o trabalho fabril, o autor menciona também o setor de serviços. Algumas considerações são pertinentes ao Serviço Social, enquanto trabalho, pois este também, como dito anteriormente encontra-se precarizado tanto no setor público, empresas e no chamado terceiro setor.

Claro que a classe trabalhadora sempre foi também feminina. Mas era predominantemente feminina em alguns setores produtivos, como o setor têxtil. Hoje ela é predominantemente feminina em muitas áreas, em diversos setores e sobretudo no trabalho part time, que se amplia no mundo inteiro nos últimos anos. [...] O capital percebeu a polivalência feminina no trabalho produtivo e utiliza e explora isso intensamente. Já explorava o trabalho feminino no espaço doméstico, na esfera da reprodução, ampliando a exploração para o espaço fabril e de serviços (ANTUNES, 2009, p. 201).

Por outro lado, a tendência feminina na profissão, tem uma visão de cunho caritativo, voluntário que perpetua ainda apesar de todo avanço que o Serviço Social obteve. A profissão ainda é desconhecida enquanto trabalho pela maioria da população brasileira. Tal desconhecimento, proposital ou não, reforça o cunho conservador tão presente na atualidade.

A retomada do conservadorismo é entendida também como uma forma de precarização. Primeiro porque nega toda conquista ético-política da profissão. Segundo, porque o conservadorismo na resolução da questão social é uma problemática neoliberal, pois coloca a questão social não como engendramento das desigualdades sociais do capitalismo, mas como um problema de ordem moral. “Com o avanço da crise capitalista e o aprofundamento das medidas neoliberais, instituem-se novas formas de controle social visando ao enfrentamento das tensões sociais (BARROCO, 2015, p.626-627).”

O conservadorismo serve ao estado mínimo que se desresponsabiliza com as políticas públicas sociais, mas precisa dar conta da parcela despossuída de recursos para a sobrevivência. Se não há direitos efetivos, controla-se por meio da coerção, da criminalização, enfim da barbárie. Neste contexto,

[...] o Serviço Social é chamado a desempenhar tarefas policiais, nas desocupações truculentas de áreas de moradia, no deslocamento de moradores de rua e usuários de droga para lugar nenhum, na censura e no controle dos usuários, em especial nas instituições tradicionalmente conservadoras que envolvem de forma direta a moral e a família (BARROCO, 2015, p.633).

Apesar do Serviço Social se inscrever no rol das profissões que exigem graduação universitária sabemos que é um dos cursos onde mais se formou profissionais EAD nos últimos anos. Tal formação reificada, condicionada a exigências do mercado mundial da educação está formando profissionais que pouco tiveram aprofundamento metodológico, técnico e político.

A qualificação precarizada desde a formação não oferece acarabouço teórico crítico para o profissional atuar nos espaços contraditórios permeado pela luta de classes, ficando este mais propício a sujeitar-se a práticas cotidianas conservadoras, ou como colocada por Barroco (2015), (neo)conservadoras; não forma politicamente o profissional para se organizar enquanto categoria de trabalhadores, deixando estes mais sujeitos a subcontratações, baixos salários e carga horária além da prevista na legislação do Serviço Social.

A complexificação da classe que vive do trabalho e sobretudo sua precarização dissolveu a organização política da classe trabalhadora. Antunes (2009) aponta que para reavivar os movimentos de lutados trabalhadores como sindicatos é preciso considerar a gama de subempregados, desempregados, terceirizados onde incluem-se aqueles que prestam serviços privados ou públicos. Dentro destes podemos situar os assistentes sociais.

A própria desregulamentação dos direitos trabalhistas que incidem sobre estes profissionais já constitui-se num fator que os coloca fora dos espaços de luta política. Outro fator está diretamente relacionada ao cotidiano do profissional é seu fazer multifacetado, burocrático e a flexibilidade que impões inúmeras ações sem reflexão, tornando o trabalho completamente estranhado ao assistente social, a esfera objetiva.

5. CONCLUSÃO

Poderiam se levantar vários elementos para discutir a precarização com incidência no Serviço Social, no atual contexto capitalista financeiro de cunho ideológico neoliberal, no entanto, o foco aqui se detém a categoria trabalho, na urgência do assistente social se enxergar enquanto um trabalhador.

A pesquisa do CFESS aprofundou diversas dimensões dos trabalhadores em Serviço Social. Além de traçar um simples perfil quantitativo, a pesquisa objetivou oferecer dados para traçar qual é a identidade profissional do assistente social. A apreensão desta reflexão não se esgota aqui, mas ofereceu pressupostos para levantar futuras reflexões.

A precarização do trabalho do assistente social engendra condições para retomada conservadora do enfrentamento da questão social. Coloca em risco a garantia da presença efetiva deste profissional nos diferentes espaços socioocupacionais em que este atua. E, principalmente, desconfigura e desmobiliza o âmbito da militância política do assistente social, que posto sua opção ético-política é intrinsecamente ligada ao trabalhador.

Acreditamos na importância de uma pesquisa atualizada para compor o atual perfil dos trabalhadores do serviço social. A ausência da pesquisa, no entanto, já demonstra em nossa concepção um dado, já que, sinaliza a urgência do resgate da categoria trabalho no Serviço Social.

Defender a classe que vive do trabalho, lutar pelos seus direitos, condições dignas de existência dada a questão social e até mesmo almejar uma outra sociedade oposta a do capital implica de antemão num olhar sobre nós mesmos, enquanto também uma classe que vive da venda da força de trabalho – nossa condição de assalariadas e assalariados.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** 11. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo**, n 124. p. 623-636, out/dez 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.042>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil:** elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 12. ed. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das revoluções: Europa 1789 -1848.** Tradução Maria T. L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.